

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA) E FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA (FIDA)

Candidata: EMBAIXADORA CARLA BARROSO CARNEIRO

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixadora Carla Barroso Carneiro



Em 1993, a Embaixadora Carla Barroso Carneiro foi aprovada em quinto lugar no concurso para o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), onde se graduou em 1995. Em 2003 se tornou Mestre em Altos Estudos de América Latina pela Sorbonne Nouvelle (Institut d'Hautes Études en Amérique Latine – IHEAL), tendo sido sua tese, sobre o Acordo Stand-by Brasil FMI de 1998, aprovada com mérito. Em 2006, tornou-se especialista em Economia pela Universidad de los Andes (Colômbia). Em 2008 sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, intitulada “A Diplomacia Energética do Japão” foi aprovada com louvor. Entre os vários cursos de curta duração em que se graduou, destaca-se, em 2018, o Curso Avançado Enap-Harvard “Liderança e Inovação em Contextos de Mudança”. Em 2022, foi agraciada com Bolsa no Programa de Lideranças da London School of Economics (W50), concedido anualmente para 50 mulheres em 13 países.

A Embaixadora iniciou sua carreira diplomática na Secretaria de Planejamento Diplomático, então órgão de assessoria direta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, função na qual pode familiarizar-se com o extenso universo de temas tratado pela Chancelaria brasileira. Serviu nas embaixadas do Brasil em Paris, Bogotá e Tóquio, onde atuou como chefe das áreas de promoção comercial, relações com a OCDE, cooperação técnica e educacional, expandindo, assim, progressivamente, seu conhecimento e espectro de atuação.

No Brasil, a Embaixadora Carla Barroso Carneiro desenvolveu extensa experiência na administração pública federal, tendo sido, sucessivamente, Assessora Especial na Casa Civil da Presidência, no Ministério da Educação, no Ministério da Cidadania e no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Nessas funções, participou de negociações junto ao Escritório da FAO no Brasil para captação de recursos junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) para projetos de águas internacionais. No caso do FIDA, participou, a convite do BNDES, da elaboração do Manual de Implementação de projeto de captação de recursos junto ao Fundo Verde do Clima (GCF), intitulado “Plantando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste”, o qual deverá trazer até US\$ 200 milhões para a população inscrita no CAD único em 4 Estados da região. Com

o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, participou da negociação para a execução de projetos de cooperação sul-sul sobre merenda escolar.

Atualmente, é representante titular no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde (CTCIMV, criado pelo Decreto 10.845 de 25 de outubro de 2021) e no Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2 - Resolução nº 6, de 23 de junho de 2022, do Conselho Nacional de Políticas Energéticas - CNPE). Sua trajetória garante, portanto, familiaridade com todo o conjunto de temas tratado pelas agências da ONU em Roma.

Caso aprovada pelo Senado Federal, a candidata aportará à Representação do Brasil junto à FAO e Organismos Conexos com sede em Roma a experiência de 28 anos dedicados à carreira diplomática, sua atuação na formulação de projetos para captação de recursos concessionais climáticos voltados a melhorar as condições de vida da população brasileira, seu amplo conhecimento da administração pública brasileira – todos elementos essenciais para a promoção dos interesses nacionais e para a adequada defesa do setor agrícola brasileiro nas agências da ONU sediadas em Roma.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

MISSÃO DO POSTO

Executar com excelência a Política Externa Brasileira, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), agências sediadas em Roma.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a influência do Brasil nos processos decisórios das três agências da ONU sediadas em Roma, com vistas à projeção e à atuação global do Brasil, com foco no desenvolvimento nacional.

2. Defender os interesses e sublinhar a importância da agricultura (incluindo a pecuária, a aquicultura e a silvicultura) e dos sistemas agroalimentares brasileiros.

3. Defender e sublinhar a importância das políticas públicas brasileiras em prol da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural sustentável (tais como as políticas de transferência de renda e o programa de merenda escolar); além daquelas políticas de conservação e uso sustentável do solo, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais – inclusive com vistas a sua eventual disseminação, no marco de projetos de cooperação Sul-Sul, executados com as agências da FAO, o PMA e o FIDA ou seus escritórios no Brasil.

4. Identificar evidências e melhores práticas internacionais em políticas públicas, com vistas a sua disseminação e análise no Brasil, no marco de projetos de cooperação internacional recebida, com foco em tornar-se um instrumento no desenvolvimento do país.

5. Identificar recursos internacionais concessionais passíveis de serem captados para projetos no Brasil, via FIDA, em coordenação com as demais autoridades relevantes para o tema.

6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros.

7. Contribuir para aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da FAO, PMA e FIDA.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)
--

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Meta 1 – Acompanhar, de maneira propositiva, em nível diplomático e técnico, as discussões nas 3 agências da ONU em Roma na produção e coleta dos indicadores incluídos nos relatórios que tratam do tema: (i) SOCO – Estado dos Mercados de Commodities Agrícolas; (ii) SOFI – Estado Mundial da Segurança Alimentar e Nutrição – produzido também com a OMS e a UNICEF. Após divulgação dos relatórios, garantir sua disseminação no Brasil, entre as autoridades, representantes do setor privado e da sociedade civil competentes na área.

1. Garantir a participação técnica e diplomática substantiva nos Fóruns voltados a subsidiar a elaboração dos relatórios (no caso do SOFI, o Fórum Global para Segurança Alimentar e Nutrição – FSN Forum), buscando evitar iniciativas que possam contrariar interesses comerciais brasileiros e enfatizando o posicionamento do Brasil de que o comércio internacional livre, justo e pautado por critérios fitossanitários baseados nas melhores evidências científicas é fundamental para incrementar a segurança alimentar e nutricional; além de trazer contribuições científicas recentes, produzidas por pesquisadores no Brasil, sobre indicadores adequados para refletir a situação dos mercados de commodities agrícolas e da segurança alimentar e nutricional no mundo.
2. Acompanhar, inclusive com aportes substantivos de técnicos brasileiros, a elaboração de estudos mandatados pelo Subcomitê de Pecuária do Comitê de Agricultura da FAO: (i) contribuição da pecuária para a segurança alimentar; (ii) boas práticas para a produtividade sustentável dos criadores em pequena escala de gado; (iii) pecuária e clima; (iv) capacidades nacionais para gestão de riscos de doenças animais.
3. Incorporar, gradualmente, número crescente de pesquisadores e institutos de pesquisa brasileiros envolvidos no processo de consultas para preparação dos relatórios, com vistas a equilibrar a influência que muitas vezes tem sido preponderante de pesquisadores de países que acabam utilizando esses indicadores para justificar práticas protecionistas no comércio internacional agrícola.
4. Após a divulgação dos relatórios, disseminar seu conteúdo entre as autoridades competentes na matéria, de maneira a subsidiar a construção de políticas públicas e estratégias comerciais em sintonia com o panorama mundial.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- (1.i) Número de participações de representantes brasileiros em fóruns voltados a subsidiar a elaboração do SOCO e do SOFI – no caso do SOFI, o Fórum Global para Segurança Alimentar e Nutrição – FSN Forum;
- (1.ii) Número de reuniões prévias com representantes de órgãos brasileiros competentes para coordenar a formulação da posição brasileira; e
- (1.iii) Número de temas de pauta sugeridos pela delegação brasileira.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Meta 1 – A atuação da Representação Brasileira Junto à FAO e demais organismos sediados em Roma dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral. Ainda assim, é possível fortalecer as relações com os estados membros que integram os mencionados organismos, em particular aqueles com os quais o Brasil compartilha interesses, princípios e objetivos no setor agroalimentar. A atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul e trilateral poderá contribuir para estreitar laços entre países doadores e destinatários de ajuda internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- (1.i) Número de participações de representantes brasileiros em reuniões do GRULAC, G-77, e grupo C3 (no caso do FIDA);
- (1.ii) Número de reuniões prévias com representantes de países membros da FAO, em paralelo às reuniões regulares dos órgãos internacionais em Roma; e
- (1.iii) Número de projetos de estudos realizados com países com interesses comuns aos do Brasil.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS E REUNIÕES OFICIAIS

Meta 1 – Acompanhar, participar e influenciar as discussões e deliberações do calendário inercial dos órgãos governativos, técnicos e normativos da FAO, em estreita coordenação com os demais órgãos da administração pública competentes, buscando superar a atuação reativa, com vistas a contribuir para a agenda temática, na promoção das políticas nacionais de combate à insegurança alimentar e nutricional, bem como na defesa do sistema agroalimentar brasileiro

1. Participar da Conferência, órgão governativo máximo da FAO, encarregado da aprovação das políticas e do orçamento, realizada a cada dois anos;
2. Participar da Conferência Regional da FAO para América Latina e o Caribe, a qual reúne os países da região em anos alternados à Conferência;
3. Participar do Conselho da FAO, onde o Brasil ocupa posição ininterruptamente desde 1956, tendo sido eleito para novo mandato em 2022, o qual se estende até 2025;
4. Participar do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA – para cujo Bureau o Brasil foi eleito para mandato até outubro de 2022) e de sua Sessão Plenária anual;
5. Participar dos Comitês temáticos e administrativos da FAO: (i) Pesca e Aquicultura; (ii) Florestas; (iii) Agricultura (e seu Subcomitê, sobre Pecuária); (iv) Produtos de Base (cujo Bureau atualmente o Brasil integra); (v) Programas; (vi) Finanças; e (vii) de Assuntos Constitucionais e Jurídicos;
6. Acompanhar os trabalhos do Codex Alimentarius;
7. Acompanhar os trabalhos da Comissão de Medidas Fitossanitárias;
8. Participar da Comissão de Recursos Genéticos para a Agricultura e a Alimentação da FAO (CRGAA – cuja mesa diretora o Brasil integra) e de seus 4 Grupos de Trabalho Técnico Intergovernamental (GTTIs); e
9. Acompanhar e participar das discussões e deliberações no âmbito do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA – cujo Comitê de Financiamento o Brasil integra, participando das demais instâncias por meio do GRULAC).

Meta 2 - Participar das negociações de instrumentos político-diplomáticos previstas no calendário da FAO, em defesa da perspectiva brasileira, em estreita coordenação com os

demais órgãos da administração pública competentes, buscando superar a atuação reativa, com vistas a contribuir para a agenda temática

1. Defender os interesses e visões brasileiros na negociação de modelos voluntários de políticas públicas, entre os quais as Diretrizes sobre: juventude, igualdade de gênero; ciência e tecnologia; redução da desigualdade; coleta de dados e mudança do clima; e
2. Monitorar o tratamento de temas difusos na agenda da organização, nomeadamente gênero, ciência e inovação, mudança do clima, biodiversidade, florestas e água.

Meta 3 – Participar e influenciar as discussões e deliberações do Programa Mundial de Alimentos, em estreita coordenação com os demais órgãos da administração pública competentes, buscando superar a atuação reativa, com vistas a contribuir para a agenda temática

1. Velar pelo bom encaminhamento dos interesses brasileiros no âmbito da Junta-Executiva, órgão governativo que supervisiona as atividades e aprova as operações e políticas do PMA;
2. Como membro da Junta-Executiva até dezembro de 2022, exercer o papel de ponte de diálogo entre os países doadores e receptores de assistência, posição privilegiada do Brasil por sua característica de país doador e, ao mesmo tempo, país em desenvolvimento;
3. Defender o duplo mandato do PMA na prestação de assistência humanitária e promoção da resiliência e do desenvolvimento autônomo das regiões afetadas por crises, especialmente quando da aprovação de cada "Plano Estratégico País"; e
4. Continuar a promover o trabalho do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, sediado em Brasília, e que tem promovido cooperação sul-sul em programas alimentares, com ênfase no programa de merenda escolar.

Meta 4 - Participar, em estreita coordenação com o Ministério da Economia, das reuniões do Conselho de Governadores e da Junta-Executiva do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em defesa dos interesses brasileiros

1. Como país eleito para representar os países da Lista C-3 (América Latina e Caribe), assegurar a possibilidade de acesso aos financiamentos do FIDA, em condições competitivas para a região;
2. Atuar para que as reformas propostas para a atuação do FIDA, inclusive por meio de novos mecanismos de financiamento e obtenção de recursos, contribuam para o fortalecimento e manutenção do equilíbrio financeiro da organização;
3. Manter interlocução com o Secretariado do FIDA em Roma e seu Escritório no Brasil, responsáveis por projetos no Brasil;
4. Buscar reduzir o ciclo de negociação de novos projetos, aproximando entidades financeiras de desenvolvimento no Brasil do FIDA e disseminando o conhecimento, no Brasil, das oportunidades. Organizar missão ao FIDA paralelamente à Conferência Geral de 2023;
5. Assegurar a manutenção e eventual expansão de fluxo de recursos concessionais concedidos pelo FIDA, na forma de doação ou empréstimo, a entidades financeiras ou subnacionais brasileiras, conforme interesse dos mesmos;
6. Na avaliação de projetos de empréstimos do FIDA, apresentar a proposta de ir além da renda per capita, e considerar necessidades específicas de cada região, tais como pobreza rural, desigualdade, vulnerabilidade à mudança do clima e degradação da biodiversidade; e
7. Realizar missão a Roma, em paralelo à Conferência Geral, de entidades financeiras brasileiras aptas a receber recursos do FIDA.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Indicadores da Meta 1:

- (1.i) Número de representantes brasileiros atuando em reuniões nos órgãos governativos, técnicos e normativos da FAO;
- (1.ii) Número de reuniões prévias com representantes de órgãos brasileiros competentes, além do setor privado e da sociedade civil, quando couber, para coordenar a formulação da posição brasileira;
- (1.iii) Número de temas de pauta sugeridos pela delegação brasileira.

Indicadores da Meta 2

- (2.i) Número de representantes brasileiros atuando em reuniões negociadoras;
- (2.ii) Número de reuniões prévias com representantes de órgãos brasileiros competentes, além do setor privado e da sociedade civil, quando couber, para coordenar a formulação da posição brasileira;
- (2.iii) Número de documentos negociados que contemplem pontos de interesse da parte brasileira;

Indicadores da Meta 3

- (3.i) Número de representantes brasileiros atuando em reuniões;
- (3.ii) Número de reuniões prévias com representantes de órgãos brasileiros competentes, além do setor privado e da sociedade civil, quando couber, para coordenar a formulação da posição brasileira;
- (3.iii) Número de documentos negociados que contemplem pontos de interesse da parte brasileira;

Indicadores da Meta 4

- (4.i) Número de representantes brasileiros atuando em reuniões;
- (4.ii) Número de reuniões prévias com representantes de órgãos brasileiros competentes, além do setor privado e da sociedade civil, quando couber, para coordenar a formulação da posição brasileira;
- (4.iii) Número de documentos negociados que contemplem pontos de interesse da parte brasileira;
- (4.iv) Montante de recursos captados para projetos no Brasil.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

Meta 1 – Promoção de palestras e eventos

- 1. Em coordenação com os órgãos brasileiros competentes, apoiar a realização de eventos demonstrando as melhores práticas em políticas públicas do Brasil em setores atinentes às áreas de atuação das agências internacionais sediadas em Roma.

Meta 2 – Fortalecimento de ações de divulgação da imagem do Brasil

- 1. Apoiar e coordenar a realização, nas 3 agências da ONU, de ações de divulgação da excelência das políticas brasileiras, enfatizando seu pioneirismo em integrar práticas sustentáveis na produção agrícola, como é o caso do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) do MAPA.

- Meta 3*** – Ampliar a apresentação, nos relatórios sobre florestas (SOFO), mercados de commodities (SOCO), segurança alimentar (SOFI) e pesca e aquicultura (SOFIA), de experiências

bem-sucedidas brasileiras, como o modelo agroflorestal desenvolvido por agricultores em Tomé Açu (PA), apresentado no Relatório de florestas como uma referência global.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Indicador da Meta 1:

1.i - Número de eventos e palestras realizados ou apoiados pelo posto.

Indicador da Meta 2:

2.i- Número de postagens e sua receptividade na rede social da Delegação em Roma, bem como a ampliação de seu número de seguidores.

3.i – Número de experiências bem-sucedidas brasileiras apresentadas ao comitê de redação dos relatórios em reuniões de consultas.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Meta 1 – Considerando a expertise e pioneirismo brasileiros em incorporar em sua legislação a produção agrícola sustentável, em respeito ao desenvolvimento sustentável, incluindo mudança do clima e biodiversidade, ampliar, em coordenação com os escritórios no Brasil das 3 agências, o número de projetos de cooperação técnica prestados por órgãos do governo brasileiro, em prol de terceiros países, disseminando, assim, as boas práticas brasileiras como referência mundial.

Meta 2 – Com o objetivo de modernizar continuamente o aparato de políticas públicas brasileiras, as quais já são referência mundial em respeito ao desenvolvimento sustentável, incluindo mudança do clima e biodiversidade, identificar, em coordenação com os escritórios no Brasil das 3 agências, melhores práticas internacionais que possam ser objeto de disseminação no Brasil.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Indicador da Meta 1:

1.i - Número atividades desenvolvidas por técnicos brasileiros, no marco de projetos de cooperação técnica prestada por órgãos do governo brasileiro, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, em cujas negociações representantes do posto tenham participado.

Indicador da Meta 2:

2.1 – Número de melhores práticas internacionais em desenvolvimento sustentável identificadas pelo posto e disseminadas por órgãos competentes no Brasil.

VI- COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Meta 1 – Em coordenação com os órgãos públicos competentes na matéria no Brasil, e considerando a contribuição da ciência e tecnologia brasileiras na expansão de forma sustentável, da produção agrícola brasileira, buscar negociar, no marco da “Plataforma Global para a Digitalização da Agricultura” e da “Estratégia em Ciência e Inovação” parcerias em ciência, tecnologia e inovação, com países desenvolvidos e/ou, em projetos de cooperação Sul-Sul e trilateral.

Meta 2 - Garantir a disseminação, junto aos institutos de pesquisa no Brasil, dos relatórios sobre florestas (SOFO), mercados de commodities (SOCO), segurança alimentar (SOFI) e pesca e aquicultura (SOFIA), com vistas a subsidiar a construção de políticas públicas eficazes para lidar com os desafios e oportunidades trazidas pelos mercados internacionais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1.i - Número de parcerias propostas pelo posto.
- 2.i – Número de reuniões para disseminação dos relatórios.

VII – COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

Meta 1 – Em coordenação com os órgãos públicos competentes na matéria no Brasil, e considerando o patrimônio de técnicas e tecnologias desenvolvidos pelo Brasil para produção agrícola, apresentar propostas de parcerias entre Instituições de Ensino Superior brasileiras com congêneres dos países membros das agências em Roma, com vistas a disseminar essas técnicas e trazer contribuições da pesquisa mundial para as políticas públicas brasileiras, quando apropriado.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1.i - Número de parcerias propostas pelo posto.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Meta 1 - Considerando a expertise e pioneirismo brasileiros em incorporar em sua legislação programas de distribuição de renda que são referência mundial, ampliar, em coordenação com os escritórios no Brasil das 3 agências, o número de projetos de cooperação técnica prestados por órgãos do governo brasileiro, em prol de terceiros países, disseminando, assim, as boas práticas brasileiras.

Meta 2 – Com o objetivo de modernizar continuamente o aparato de políticas públicas brasileiras, as quais já são referência mundial em programas de transferência de renda, identificar, em coordenação com os escritórios no Brasil das 3 agências, melhores práticas internacionais que possam ser objeto de disseminação no Brasil.

Meta 3 – Propor projetos de cooperação técnica recebida para disseminar a capacitação, entre produtores e exportadores de peixes nas técnicas de conservação, de maneira a incrementar as possibilidades de exportação em cadeias longas de logística.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Indicador das Metas 1 e 3:

1.i - Número de projetos de cooperação técnica prestada por órgãos do governo brasileiro negociados pelo posto.

Indicador da Meta 2:

2.i - Número de melhores práticas internacionais em desenvolvimento sustentável identificadas pelo posto e disseminadas junto aos órgãos competentes no Brasil.

IX – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

NOTA: A atuação da Representação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral e não inclui atribuições diretamente relacionadas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior.